SOLDADO-CIDADÃO: O DISCURSO DE MOBILIZAÇÃO EM MATO GROSSO NA ÉPOCA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL PELAS PÁGINAS DO *JORNAL DO COMÉRCIO**

*CALONGA, Maurilio Dantielly***

Fundado na cidade de Campo Grande, em 13 de abril de 1921, o *Jornal do Comércio* circulava diariamente na porção sul do Antigo Estado de Mato Grosso. Editado inicialmente como semanário, constituiu-se como o terceiro maior veículo impresso do Estado. De acordo com Paulo Coelho Machado, a oficina do jornal se localizava na Rua Santo Antônio (atual Calógeras), n.º 4. A partir de 1927, tornando-se diária sua publicação, mudou de endereço para a Avenida Afonso Pena, n.º 2-A (MACHADO, 2000, p.171-172).

Seu diretor-proprietário, José Jayme Ferreira de Vasconcelos, formou-se profissional nas áreas jurídica, literária e jornalística, destacando-se como um importante intelectual mato-grossense dos anos 30 e 40 do século XX. Em *A Grande Avenida*, o memorialista Paulo Coelho Machado descreveu o jornalista como “um homem pequeno, ereto, empertigado”, que viera do Rio de Janeiro para Campo Grande em 1917. Advogado de bons conhecimentos jurídicos e humanísticos (MACHADO, 2000, p.174).

Para Demosthenes Martins, o que marcava José Jayme Ferreira de Vasconcelos era a “ginga de mulato, cor de azeitona, cabelos lisos, lépido, prazenteiro... Era de fato uma inteligência fascinante, um esfuziante *causer* que malbaratava sua vida na boemia e se comprazia em se mostrar um verdadeiro príncipe do exotismo” (MARTINS, 1980, p.81).

Segundo o “Dicionário Biográfico Mato-Grossense” (1971), de autoria do memorialista Rubens de Mendonça¹, José Jayme Ferreira de Vasconcelos nasceu no Rio de Janeiro (então Distrito Federal), em 16 de fevereiro de 1888. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela antiga Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, e Farmácia, pela Faculdade de Odontologia e Farmácia de Campo-Grande, exerceu os cargos de Promotor de Justiça, Inspetor Federal do Ensino, Auditor de Guerra, Deputado Estadual, Procurador Geral do Estado de Mato Grosso, Presidente do Conselho Administrativo do Estado, Chefe de Polícia de Mato Grosso, Consultor Geral do Estado e representante de Mato Grosso na Comissão de Planejamento da Valorização Econômica da Amazônia. Foi membro-correspondente do

* As reflexões preliminares presentes neste artigo fazem parte de minha pesquisa de mestrado em História desenvolvida na Universidade Federal da Grande Dourados.

** Mestrando em História (UFGD), email: dantielly@gmail.com.

¹ “Como toda a obra de Rubens de Mendonça é de vulgarização, seus livros têm em comum a intenção de reforçar a lembrança de pessoas, lugares e acontecimentos considerados importantes para a memória local”. (ZORZATO, 1998, p.9)

Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da Academia Paraense de Letras, do Instituto do Ceará; Membro-efetivo da Academia Mato-Grossense de Letras (cadeira nº35) e do Instituto Histórico de Mato Grosso, Membro de honra da “Société Academique d’Histoire Internationale”, de Paris; Sócio efetivo da Associação Brasileira de Imprensa, da Associação Paulista de Imprensa, da Associação da Imprensa Mato-Grossense, e do Rotary Club de Campo Grande. “Officier de l’Instruction Publique, da França, Cav.-Uf. da Ordem da Coroa, da Itália; Oficial da “Ordem Nacional de Mérito”, do Paraguai; Cavaleiro da “Ordem de Isabel la Catolica”, de Espanha; Oficial da “Ordem Del Condor de los Andes”, da Bolívia; Comendador da Ordem Nacional do Mérito no Brasil. Recebeu condecorações pelos governos da França, Espanha, Itália, Paraguai e Bolívia. Em 1949, representou a Associação de Imprensa Mato-Grossense e a Ordem dos Advogados no 3º Congresso Jurídico. Vice-Cônsul da Bolívia, em Campo Grande.

Além disso, publicou diversas obras no campo jurídico e textos de opinião, utilizando, por diversas vezes, o pseudônimo de Fausto Brasil. Trabalhou ainda como colaborador nos seguintes jornais e revistas do país: “Gazeta da Tarde”, “A República”, “O Tempo”, “Diário Ilustrado”, “A Razão”, “Brasil Industrial”, todos do Rio de Janeiro; “Correio Mercantil”, de Juiz de Fora, “Estado de Minas”, “Folha do Dia”, de Belo Horizonte; “o Debate”, de Cuiabá, “Diário da Tarde”, de Corumbá, entre outros (MENDONÇA, 1971, p.157-158).

No cenário regional, José Jayme Ferreira de Vasconcelos, apresentava-se atuante em questões relativas à política mato-grossense, relacionando-se abertamente com diferentes setores da elite dominante local, envolvendo-se, por isso, ativamente em episódios importantes da história nacional, dentre eles a transição da República Velha para a Era Vargas e o movimento constitucionalista de 1932, processos que, segundo Fernanda Chaves de Andrade (2011), não somente marcaram a trajetória do jornalista como repercutiram em terras mato-grossenses.

Além disso, o fato do jornalista pertencer ao quadro de sócio-efetivo do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e da Academia Mato-Grossense de Letras (AML) revelou um perfil intelectual ligado aos objetivos da elite dominante no Estado. Em 18 de março de 1944, o próprio *Jornal do Comércio* noticiou sua indicação para o IHMT: “Eleito o Dr. Jayme F. de Vasconcellos para membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso” (*Jornal do Comércio*, 18/03/1944).

Na Academia Mato-Grossense de Letras, a solenidade para incorporá-lo ao quadro dos imortais ocorreu no dia 20 de janeiro de 1945, em Cuiabá.

Conforme vínhamos anunciando, tomou posse sábado, a noite, da cadeira para a qual fora eleito na Academia Mato-grossense de Letras, o periodista e escritor, dr. José Jaime Ferreira de Vasconcelos, do mundo cultural e jornalístico de Campo Grande. A sessão de posse do novo imortal mato-grossense revestiu-se de insólito brilhantismo, reunindo toda a elite intelectual da Capital e sendo realçada pela presença de S. Excia. Revma. o Sr. Arcebispo de Cuiabá, Dom Francisco de Aquino Correia, membro da Academia Brasileira de Letras e Presidente de Honra da Academia Mato-grossense. (*Jornal do Comércio*, 25/01/1945)

De acordo com Carlos Amarilha, o Instituto Histórico de Mato Grosso, fundado em 8 de abril de 1919, em razão das comemorações do bicentenário da fundação de Cuiabá, constituiu-se num órgão de reelaboração identitária mato-grossense, com o objetivo de redefinir uma identidade regional estigmatizada. Para ele, “os sócios do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) preocupavam-se em registrar e descrever episódios, lugares e personagens considerados importantes no cenário político estadual, para engrandecer a terra mato-grossense” (AMARILHA, 2006, p.33). Segundo Amarilha, o Instituto Histórico de Mato Grosso, desde a sua fundação, serviu “como um órgão respeitável dentro da elite mato-grossense e de influência nas administrações públicas” (2006, p.37), responsável, então, por elaborar uma identidade coesa, destacando Mato Grosso no cenário nacional.

Para a historiadora Lylia Galetti, outra expressão significativa deste desejo de unificação e formação identitária, foi à fundação do Centro Mato-grossense de Letras (CML), em 7 de setembro de 1921. “Reunindo grande parte do mesmo grupo de intelectuais que havia fundado o IHMT, o principal objetivo do CML era promover e incentivar a cultura literária no Estado de Mato Grosso” (GALETTI, 2000, p.312). Conforme observou Carlos Amarilha, o Centro Mato-Grossense de Letras (CML), posteriormente Academia Mato-Grossense de Letras (AML), “tinha como missão criar uma literatura regional que divulgasse a beleza natural de Mato Grosso e a sua história de conquistas épicas e de brasilidade”. Para isso, “mobilizou parte da elite intelectual da capital de Mato Grosso para difundir e viabilizar uma literatura mato-grossense e edificar a terra natal (Cuiabá) como sendo diferente das outras capitais brasileiras” (AMARILHA, 2006, p.38).

De acordo com as informações de Lylia Galetti, entre os anos de 1918-1922, houve inúmeras manifestações culturais que exaltavam o território mato-grossense, assim como sua população, iniciativa que tentava afastar o “estigma da barbárie”. Os principais

esforços, nesse sentido, deram-se pela fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso (1919) e o Centro Mato-Grossense de Letras (1921), ambos voltados à preservação da memória e incentivo às tradições culturais e literárias da região (2000, p.273). Diante desse quadro, a pesquisadora afirmou que os esforços de tornar Mato Grosso conhecido no âmbito nacional, “a fim de sintonizá-lo com o mundo civilizado” (2000, p. 258), assumiu grande relevância, tornando-se uma constante na prática e nos discursos de intelectuais e dirigentes mato-grossenses. Sendo assim, o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Mato-Grossense de Letras expressavam aspectos da história local, salientando a importância da região na composição da história nacional, divulgado, sobretudo, por meio de jornais, livros e revistas, garantindo, dessa maneira, a construção de uma memória histórica regional que assegurasse o poder de mando à capital Cuiabá. Portanto, conforme escreveu Carlos Amarilha:

[...] a implantação do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e do Centro Mato-Grossense de Letras (CML), depois Academia Mato-Grossense de Letras (AML) permitiu, para os sócios dessas entidades, divulgar e publicar uma imagem nortista pelos anos subsequentes, sempre construindo uma literatura e uma história dos que desejavam ser vistos, privilegiando Cuiabá como cidade-mãe de Mato Grosso. (AMARILHA, 2006, p. 49)

Ao mesmo tempo, a elite sulista, sediada na cidade de Campo Grande, rejeitava a visão de Cuiabá como “cidade mãe dos mato-grossenses”, especialmente após os anos 30 do século XX. Segundo as pesquisas de Carlos Amarilha, “determinados políticos, fazendeiros e intelectuais campo-grandenses (incluindo os estudantes universitários que estudavam em grandes centros) criaram uma certa ‘rejeição à dominação cuiabana’” (2006, p.52). Para Lylia Galetti houve, inclusive, “indícios muito fortes de que as elites sulistas exploraram a seu favor alguns dos componentes-chaves da identidade estigmatizada” (2000, p.266). De acordo com a pesquisadora, desde o século XIX criaram-se imagens negativas do território mato-grossense. Ao analisar relatos de viajantes, a autora observou as concepções pejorativas dada à região, sinônimo de lugar atrasado e incivilizado. Assim, as elites (norte e sul), representadas pelos intelectuais, promoveram investimentos significativos e organizados no sentido de fortalecer uma nova identidade local.

Neste território de disputas políticas e simbólicas a figura contraditória de José Jayme Ferreira de Vasconcelos emergiu. Pois, assim como os intelectuais do IHMT, a propaganda local contida nos periódicos atuou a fim de conciliar Mato Grosso e a ideia de integração nacional (ANDRADE, 2011). Com isso, o *Jornal do Comércio*, que tinha como

diretor um membro da elite intelectual campo-grandense, de certa forma viu uma oportunidade de promover a região como moderna, em conformidade com as mudanças que se passavam no restante do país.

Com a entrada do Brasil na guerra, em 1942, o discurso de elevar Mato Grosso no cenário nacional, como zona comprometida com a mobilização interna, tornou-se tarefa dos intelectuais, sobretudo aqueles ligados aos meios de comunicação. Diante disso, o *Jornal do Comércio* serviu como órgão de propaganda em Mato Grosso, construindo a imagem de um Estado civilizado e moderno. Nesse propósito, respondeu aos interesses da elite política local, na qual José Jayme Ferreira de Vasconcelos estava inserido, especialmente no que diz respeito a divulgar o Estado, apresentando suas belezas naturais, a produção econômica e o povo trabalhador engajado à causa nacional.

A Segunda Guerra Mundial, diferentemente dos conflitos anteriores, introduziu a noção de “guerra total”, pautada na inteira indistinção entre os *fronts* internos e externo, entre o front civil e o militar. Noutros termos, a definição de um front interno, transformado em elemento tão decisivo quanto as linhas de frente dos combates, levou à permanente mobilização das populações civis nos esforços de guerra. Se por um lado isso fez com que a guerra “invadissem todas as esferas da vida do homem, não apenas quando o front militar [esteve] ativo”, por outro lado, inaugurava-se um período em que ao Estado era permitida a intervenção em escala ampliada na vida civil, promovendo o quase completo cerceamento da autonomia e das liberdades individuais (CYTRYNOWICZ, 2002, p.15). Na expressão de Hobsbawm:

Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria: é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos. (HOBSBAWM, 1995, p.51)

As sociedades, nesta perspectiva, precisaram estar permanentemente mobilizadas. Assim como os militares, as populações civis tornaram-se soldados da pátria, esforçando-se na vitória de seus países, sobretudo com a definição de um *front* interno. Portanto, “a Segunda Guerra Mundial foi a experiência histórica mais próxima do que podemos rotular como um conflito militar total e global” (ALVES, 2002, p.15), pois, a partir dele, definiram-se efeitos e práticas de alinhamento com ampla legitimação aos governos, criando a ilusão da necessidade coletiva e da solidariedade interclasses na frente interna.

O resultado direto disso pode ser observado por meio de números, especialmente em relação ao emprego de soldados e vítimas. Aproximadamente 70 milhões de homens em armas, entre 45 e 50 milhões de mortos (a maioria na população civil) contabilizados nos combates, ou 80 milhões de pessoas, se contarmos também as que morreram por fome e doença como resultado direto da guerra – oito vezes mais do que na Primeira Grande Guerra: ao todo, cerca de 4% da população mundial da época, e tudo em escassos cinco anos (COGGIOLA, 1995, p.37).

No caso brasileiro a mobilização para a Segunda Guerra Mundial esteve atrelada ao próprio projeto político-ideológico do Estado Novo, que pôde intervir em determinados setores, mobilizando e legitimando ações autoritárias com base no contexto beligerante.

Com a instauração do Estado Novo e, por conseguinte, da censura prévia os meios de comunicação transformaram-se em veículos políticos importantes, servindo, pois, aos propósitos do presidente Getúlio Vargas, onde a cooperação entre os diversos segmentos da sociedade deveriam estar voltados para a construção do Brasil novo, indiferente às divergências políticas regionalistas, ou seja, um país uno. Nesse cenário, com a liberdade de expressão limitada pelos órgãos de propaganda, contrariar as ideias do governo e deixar de lado a propaganda política que o favorecia, poderia resultar em graves consequências para os jornais, até mesmo sua extinção. Por outro lado, o alinhamento com o governo também favorecia as empresas jornalísticas, que buscavam lucros.

A ideia central era espalhar a mensagem de um novo país, unido e centralizado, tanto no poder quanto na figura do líder carismático. Nada melhor do que a imprensa, influente na vida urbana, para cumprir esta missão – formar a opinião pública. Neste propósito, as percepções do social são construídas de acordo com os interesses de determinados grupos, que não se tratam de posições neutras e interferem na sociedade por meio de estratégias e práticas (CHARTIER, 1990). Assim, no contexto de mobilização interna os textos dizem como a população deveria agir para colaborar com o governo para realizar a defesa nacional.

Para Roney Cytrynowicz (2002), a imagem construída pelo Estado Novo, pretendia instituir a vivência da guerra no *front* interno, como uma experiência coletiva que deveria unir todos os homens e mulheres, todos os brasileiros, sem quaisquer estratificações ou divisões sociais, conjugando mobilização para a guerra e adesão política ao governo. Nesse sentido, publicou o *Jornal do Comércio*:

O imperativo da união nacional continua sendo a nossa palavra de ordem. Não há na conjuntura difícil da nossa época, lugar para as salvaçãoes individuais, para os privilégios de poucos, para as vantagens de grupos ou facções. Os interesses da coletividade sobrepõem-se aos interesses pessoais. Quando existe a iminência de perigo, não é possível atender a reivindicações particulares, nem admitir situações excepcionais, edificadas à custa dos sacrifícios na maioria da população [...] ou se salva todos ou perecem todos. (*Jornal do Comércio*, 12/09/1941)

Nesse clima de guerra o discurso de união nacional e coesão social articulou-se com elementos políticos presentes no escopo da elite mato-grossense. Apesar de Mato Grosso não fazer parte da lógica moderna industrializada, buscava-se, por meio da propaganda, inseri-lo na ótica nacional desenvolvimentista, afastando-se, desse modo, qualquer concepção atrasada a região, incluindo a região no cenário nacional a partir do caráter patriótico e de mobilização perante os efeitos do conflito. Consistia, pois, em ressaltar o território mato-grossense, integrando-o no esforço de guerra. Portanto, a construção cultural acerca do que pensar de Mato Grosso, ou seja, a construção de uma identidade mato-grossense que colaborava com uma doutrina política de integração nacional, encontrou, na mobilização nacional para a guerra, grandes oportunidades, afinal, a ideia de enaltecimento dos potenciais econômicos, políticos e culturais de Mato Grosso o colocaria na dinâmica de progresso. Conforme escreveu Fernanda Chaves de Andrade:

[...] os dirigentes políticos da esfera federal, estadual e municipal juntos teriam interesse nesse período de se atentar para as preocupações sociais a fim de ganhar respaldo político das massas. Afinal o desenvolvimento da região mato-grossense abarcava não só os interesses das classes mais abastadas mas também do geral da população, já que resultaria em mais empregos. (ANDRADE, 2011, p.68)

Nesse cenário, as elites regionais coadunaram seus interesses aos planos do governo, sobretudo por meio de periódicos locais, uma vez que os jornais constituíam-se num expressivo veículo cultural, apesar de consumido por uma pequena minoria ilustrada. Para Lylia Galetti (2000), os intelectuais ligados as elites locais dedicavam-se a animar a vida cultural nas cidades mato-grossenses, editando jornais e revistas e promovendo conferências em que eram debatidos os problemas do estado, e a participar ativamente da vida política regional.

Em Campo Grande, no início da década de 1940, o periódico de maior circulação na cidade era o *Jornal do Comércio*. Seu proprietário, como visto, destacou-se como um importante intelectual na região, com formação acadêmica no Rio de Janeiro. Instalou-se na cidade de Campo Grande em 1917. Ocupou diversos cargos administrativos e no legislativo

mato-grossense, estreitando laços com vários setores da elite política local. Com o início do estado Novo, em 1937, manteve estreita relação com a família Müller, especialmente o interventor do Estado durante o Estado Novo, Júlio Müller, e o Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. A proximidade de José Jayme Ferreira de Vasconcelos com Filinto Müller evidencia-se até mesmo quando o Chefe de Polícia do Distrito Federal, então no Rio de Janeiro, agradeceu as felicitações pelo seu aniversário.

O Major Filinto Müller e o Jornal do Comércio

Rio, 20 – Of. – Dr. Jayme Vasconcellos – Campo Grande – Mt.

N. 1034 – Agradeço muito penhorado as generosas expressões da nota publicada pelo prestigioso <<Jornal do Comércio>>, por motivo da passagem do meu natalício. Cordiais saudações. Filinto Müller. (*Jornal do Comércio*, 22/07/1944)

Neste contexto local, marcado por relações clientelistas, o impresso defendeu posições políticas de setores e grupos locais e nacionais, apresentando, em suas páginas, conteúdo muitas vezes mais opinativo do que informativo, característica do jornalismo brasileiro da época. Aliás, a imprensa dos anos 1940 era herdeira do modelo francês, com textos panfletários. Significa, portanto, que as reportagens, mesmo descritivas, carregavam fortemente à opinião de quem as produziu. Por isso, era comum nos textos elogios e saudosismos, além de severas críticas a grupos rivais e opositores, transparecendo, assim, as convicções políticas às quais o jornal estava ligado. Assim, o periódico veiculou representações de acordo com o contexto local, dialogando conforme o fazer social de seus grupos e com a política nacional do Estado Novo. Desse modo, o jornal utilizou o discurso de mobilização para convocar o coletivo a colaborar com uma causa que preocupava as autoridades locais: as disputas e fracionamentos políticos que poderiam resultar em instabilidades na região.

Além disso, para Osvaldo Zorzato, desde o início do século XX, os intelectuais mato-grossenses já se utilizavam do discurso conciliatório, pois era importante “forjar, fortalecer e disseminar um sentimento de pertencimento ao grupo” (ZORZATO, 1998, p.15), que afastasse qualquer referência ao estigma de atrasado do território. Nesse sentido, utilizavam-se de jornais, revistas e livros para divulgar a região.

Propaganda, Fator de Progresso

Tenho falado insistentemente na necessidade de se fazer uma propaganda inteligente de Mato Grosso. O nosso Estado é quase desconhecido nas suas riquezas e possibilidades

nos grandes centros do país. Há pouco, escrevendo acerca do vertiginoso progresso que a rica região oestina alcançou, nestes últimos tempos, no setor aviatório, o sr. Austregésilo de Ataíde observava que Mato Grosso, para muitos, continua a ser apenas os chapadões intermináveis, a selva abruta com onças ferozes e as tribos de índios bravios. O jornalista, entretanto, não se inclui nesse rol e disso é prova o seu artigo, verdadeiro hino a pujança aérea conseguida pelo longínquo Estado, a que chama de pioneiro da aviação. Mas, nem todos são Austregésilo de Ataíde, que se deu ao trabalho de procurar conhecer melhor a imensa zona desbravada pelos bandeirantes paulista. E por isso é incontável o número daqueles que, referindo-se a Mato Grosso, lembram-se somente de bugres e onças e selvas. O que se deve fazer é ir ao encontro de todos quantos desejam conhecer Mato Grosso, facilitando-lhes as referências das coisas mato-grossenses. Como? Promovendo uma propaganda bem feita de tudo que possui o Estado, divulgando dados referentes à sua economia, o seu comércio, a sua indústria, a sua agricultura, a sua pecuária, os seus pontos de turismo, e de tudo, enfim, que possa constituir atrativo e despertar interesse nos diversos meios da metrópole. [...] Assim se conseguirá fazer a propaganda das coisas mato-grossenses. No mundo moderno, é preciso notar, propaganda é fator de progresso. Sem ela, nada se faz. (*Jornal do Comércio*, 23/10/1941)

Com o advento do Estado Novo e posteriormente a guerra, o discurso nacionalista renovou os proselitismos locais, incorporando, a partir daí, a ideia de Mato Grosso como participante ativo dos esforços da nação. Sendo assim, o regime de dominação local interligou-se ao projeto unificador do Estado Novo, coadunado por meio da imprensa. O discurso do Interventor Julio Müller, publicado no *Jornal do Comércio*, no sétimo aniversário de seu governo, ilustra esta questão. O título da reportagem era “Mato Grosso está firme e alerta, ao lado do Presidente Getúlio Vargas”.

Nesta hora em que se decidem no trabalho sangrento da Europa martirizada os destinos da humanidade, e, quando o nosso Brasil no cumprimento de um sagrado imperativo da honra e da altivez está a escrever com o sangue heroico de sua juventude a página mais rutila da sua história não posso deixar de vos evocar a fibra cívica-patriótica mato-grossense, esse fervoroso sentimento de brasilidade que jamais nos abandonou – esse princípio espiritual imamente plasmado pela união entre o passado e o presente. Somos um povo em cujo peito vibraram sempre as fibras que respondem aos afetos superiores do patriotismo verdadeiro. O evoluir da nossa vida política-social que às vezes trouxe episódios que se embaralharam, parecendo levar para a anarquia, os pruridos mais sadios dos gestos que os motivaram, traz mais tarde no arrefecimento da paixão desencadeada pela luta, a marca de um esforço constante e eficaz, para integrar o Estado na plenitude da civilização brasileira. A consciência mato-grossense, formada na inspiração de uma existência heroica cheia de glória e de sacrifícios, aponta-nos o porvir para que realizemos em comum uma obra digna dos nossos maiores. Não somente a grandeza material de Mato Grosso – que é também um imperativo – não somente a nossa riqueza material nos predestina à luta e ao triunfo. O nosso passado aí está, a ensinar e a exigir, o prosseguimento da obra tradicional. Somos um povo que não se deixou ficar recluso e indiferente como a isso nos poderia levar a contingência geográfica. A alma histórica nacional é a alma histórica mato-grossense, porque, meus amigos, não somos e nunca fomos mera expressão territorial. (*Jornal do Comércio*, 11/10/1944)

Assim, os intelectuais locais divulgaram, pelas páginas do jornal, o projeto das elites do Estado, alicerçado na ideia de consolidar uma identidade mato-grossense. Conscientes da força representada pela imprensa, as elites campo-grandenses utilizaram-se dos jornais para veicular práticas essenciais na incursão da região no cenário de guerra brasileiro. Supostamente atrasado e incivilizado, Mato Grosso tornava público seu esforço em contribuir pela defesa do Brasil. Desse modo, reforçaram-se as concepções de soldado-cidadão anunciada pelo presidente Getúlio Vargas. Para Fernanda dos Santos Bonet, esse discurso justificava as práticas autoritárias do governo, sendo assim:

Como o Regime estaria cuidando para que a nação continuasse em ordem mesmo estando em guerra, toda a população deveria colaborar com o governo. Da mesma forma, justifica-se a necessidade de mobilização da população, principalmente dos trabalhadores, transformados em soldados de retaguarda. (BONET, 2010, p.48)

O envolvimento de Mato Grosso nesse clima patriótico de militarização serviu, nesse sentido, para promover a região no cenário nacional. O quadro de exigências estabelecidas, como no caso da “economia de guerra”, quando os trabalhadores foram submetidos a um regime de produção e a determinações disciplinares específicas, funcionou para criar uma consciência homogênea e unida em torno dos esforços que a guerra impunha.

É neste contexto, por exemplo, que trabalhadores de setores essenciais à guerra tiveram seus direitos cerceados. Proibiu-se a demissão voluntária e as faltas ao trabalho. As indústrias de guerra, sobretudo, a têxtil, consideradas militarmente essenciais, estruturaram novos quadros de trabalho. O pressuposto era definir a participação do Brasil na guerra como um projeto nacional. O cidadão, portanto, tornar-se-ia parte imprescindível do corpo da pátria, aproximando-se do soldado no *front*². O esforço de guerra, inevitável a qualquer brasileiro, serviu para justificar os valores estadonovistas. Desse modo, a compreensão social da guerra contribuiu para reforçar a visão nacionalista do período, além de servir ao propósito do presidente Getúlio Vargas de unir os vários espaços dicotômicos do Brasil numa única e homogênea nação.

Fernanda dos Santos Bonet (2010), ao analisar o discurso oficial brasileiro no envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial, concluí que a intenção do governo era criar um consciência de guerra que garantisse a intervenção do Estado nas esferas econômicas, sociais e educacionais, afim de manter a ordem estabelecida e promover a

² Refere-se à ideia da nação enquanto organismo, onde cada membro possui responsabilidades, todavia subordinadas as ações do chefe (cabeça). Sobre o assunto ver (LENHARO, 1986).

continuidade. Nesse sentido, a guerra se apresentou como uma circunstância para que os objetivos já anteriormente pensados fossem atualizados. Portanto, através dos meios de comunicação se realizaria a propaganda do regime, explicando, justificando e legitimando suas ações, bem como atualizaria os princípios do Estado Novo de acordo com as necessidades trazidas pelo contexto da Guerra, afim de promover a manutenção dessa forma de governo no poder.

Em Campo Grande o discurso de mobilização publicado no *Jornal do Comércio* pretendia aumentar o chamamento emotivo/paternalista para as obras do Estado Novo, procurando sempre comover as massas trabalhadoras. No dia 02 de maio de 1944, o periódico destacou as comemorações do Dia do Trabalho em Campo Grande, data fundamental nas comemorações do Estado Novo. Segundo o periódico, o operariado, sempre representado pelo sindicato dos trabalhadores, prestou homenagem ao exército em cerimônia solene, destacando, especialmente, os sacrifícios dos soldados brasileiros no *front* e os esforços contínuos dos operários para a vitória do Brasil. O texto foi pronunciado pelo Tenente Coronel Vieira Cavalcanti, ao encerrar a solenidade, e descrito pelo impresso no dia seguinte à cerimônia. O título da reportagem foi “Entusiásticas comemorações do Dia do Trabalho”.

[...] Os operários são também soldados, soldados da produção; assim como os soldados dos campos de batalha são também operários da grandeza da Pátria, e assim, somos todos, operários ou militares, soldados da Nação e devemos assim, empenhar os nossos maiores esforços, cada qual no seu setor de atividades, em prol da vitória do Brasil. [...] Vós operários, e nós militares, temos que trabalhar incessantemente e devotamente, sem medir sacrifícios, pela união de todos os brasileiros em absoluta coesão e com os únicos e patrióticos objetivos de manter a liberdade que possuímos, garantir a igualdade e assegurar o caminho para o ideal máximo que é a fraternidade. (*Jornal do Comércio*, 02/05/1944)

A ideia de coesão, de unidade e família aparecem constantemente nas reportagens. Segundo Maria Helena Capelato, nas ocasiões festivas os jornais varguistas expressavam essas imagens de formas variadas. Entre elas, a autora destaca: “a feição animada do centro da cidade’, ‘o grande entusiasmo e alegria’, ‘vibrantes manifestações operárias’, ‘o aspecto festivo da cidade’, ‘entusiasmo popular’, ‘carinhosas manifestações’, ‘multidão vibrante’” (CAPELATO, 1998, p.60).

No caso de Mato Grosso, além disso, nas manifestações culturais constitutivas da mostra do esforço de guerra, eram fundamentais os investimentos em torno da construção de uma memória histórica fundada nas origens históricas do povo mato-grossense, em um

passado de lutas pela ampliação e defesa do território brasileiro e para manter acesa em seus sertões a chama da civilização. Um passado que autorizava as projeções de um futuro promissor, assegurado pela dimensão e inesgotáveis riquezas da terra natal.

Nas glórias do passado é que se inspira o patriotismo do presente

O patriotismo é um sentimento natural e espontâneo. Brota do coração como as águas brotam das fontes. É catadupa harmoniosa e fresca nos dias silenciosos da paz. É cascata, é cachoeira impetuosa e irresistível nos dias tumultuosos da guerra. O patriotismo não é um sentimento novo. É antiquíssimo. Juntamente com o sentimento religioso e tão puro, tão sublime, tão indestrutível como ele, remonta, na expressão de um ilustre panegirista católico, ao berço mesmo dos séculos. Precisa, porém, para desenvolver-se e alcandorar-se, para resistir aos influxos que se lhe opõem a marcha gloriosa, que vai até a sublime loucura do heroísmo, de inspirar-se nos motivos superiores do espírito e, sobretudo, nas fontes puras da História. O Brasil pode orgulhar-se da sua história, encontrando nela uma grande inspiradora do seu patriotismo. (*Jornal do Comércio*, 05/04/1940)

As notícias sobre a Segunda Guerra Mundial, portanto, foram utilizadas para sustentar o discurso da necessidade de união nacional, desviar a atenção da população dos problemas internos e justificar a ação abusiva do governo e dos militares em todos os setores sociais. Pois, com o advento do Estado Novo e a implantação de uma nova carta constitucional apresentava-se, efetivamente, o corporativismo e a promoção da harmonia social, nos diferentes grupos, como ação política nacional. Assim, conforme Roney Cytrynowicz (2000) e Fernanda dos Santos Bonet (2010), durante o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial o governo apenas adotou uma nova estratégia para apresentar os valores e as ideias do regime, adequadas ao contexto e às necessidades do esforço de guerra, utilizando-se do discurso de mobilização para tal fim.

Nesta época o presidente Getúlio Vargas definiu várias iniciativas de constituição de um *front* interno. Dirigidas para instituir a mobilização da população civil diante da guerra, estas iniciativas visavam criar uma mobilização segundo os ideais do Estado Novo e não conectadas efetivamente à guerra na Europa. Nesse sentido, foram utilizadas como alibi para as medidas do governo e a mobilização constituiu-se na forma de inserir o Brasil na guerra, sobretudo a partir do envio da Força Expedicionária Brasileira para a Itália. Nesse cenário, a imprensa enfatizou ideias militares, como povo em marcha, disciplina, bravura e lealdade, destreza e resistência muscular, desbravamento e coragem, organização e vigilância, sacrifício e união (CYTRYNOWICZ, 2002). Conforme destacou Fernanda dos Santos Bonet:

[...] houve uma utilização da participação do Brasil na II Guerra Mundial para sustentar o discurso da necessidade da união nacional acima das diferenças existentes entre os grupos que compunham a população brasileira; esse conflito também serviu como pretexto para desviar a atenção da população das reivindicações e dos problemas internos e concentrá-la na necessidade de união dos esforços para vencê-lo. Além disso, as ações abusivas do governo e dos militares foram apresentadas positivamente e justificadas como esforço em combater o inimigo que tentava se infiltrar na sociedade brasileira. (BONET, 2008, p.9)

As práticas utilizadas pelo presidente Getúlio Vargas ao declarar guerra contra os países do eixo enfatizaram a integração do país para a vitória dos aliados. Para isso, os jornais novamente cumpriram a função de expressar o pensamento do governo. Mantivera-se, com o envio de soldados para atuarem no conflito, o discurso nacionalista e patriótico característico do período. Assim, tornou-se fundamental divulgar as vitórias dos soldados brasileiros na Europa para criar o espírito de esforço coletivo.

Assim sendo, o discurso nacional de mobilizar os recantos mais longínquos do país permitiu aos intelectuais inserir a região no cenário nacional, uma vez que desde o século XVIII, em razão das distâncias geográficas, históricas e culturais elaboraram-se imagens negativas do Estado, separando-o do mundo civilizado litorâneo, baseado no modelo europeu. Desse modo, o *Jornal do Comércio* contribuiu com o discurso oficial sobre a participação brasileira na guerra, pois favoreceu, no campo das representações, a integração dos diferentes grupos locais na manutenção da estrutura de poder, escamoteando possíveis divisões internas e teses separatistas. Observa-se, com isso, uma ratificação da necessidade de todos se unirem para a vitória no conflito mundial e por isso não haveria como se debater os problemas regionais. Ou seja, a valorização do estado de guerra visou desviar a atenção da população das necessidades internas, além de elevar Mato Grosso como território pertencente ao esforço de guerra, e ao mesmo tempo afastar estereótipos combatidos desde o início do século XX.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Loyola: São Paulo, 2002.

AMARILHA, Carlos Magno M. **Os intelectuais e o poder**: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul. 2006. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – FCH/UFGD, Dourados.

ANDRADE, Fernanda C. de. **Propaganda política e trabalhismo na imprensa campograndense durante o governo Vargas (1930-1943)**. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – FCH/UFGD, Dourados.

BONET, Fernanda dos Santos. **Autoritarismo e nacionalismo**: o discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através das páginas da revista “Cultura Política”. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH/PUC-RS, Porto Alegre.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COGGIOLA, Osvaldo. “Natureza da Segunda Guerra Mundial”. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Segunda Guerra Mundial**: um balanço histórico. São Paulo: Xamã/FFLCH, 1995.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização**: Sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP: São Paulo.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACHADO, Paulo Coelho. **A Grande Avenida**. Campo Grande: Fundação Municipal de Cultura, 2000.

MARTINS, Demóstenes. **A poeira da jornada**: memórias. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

MENDONÇA, Rubens de. **Dicionário Biográfico Mato-Grossense**. 2.ed. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1971.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade**: Considerações sobre a Historiografia de Mato Grosso (1904-1983). 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.